

FLÁVIO GARCIA CABRAL

MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

Regime Jurídico da Cautelaridade
Administrativa

Prefácio

José Roberto Pimenta Oliveira

Apresentação

Fabício Motta

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

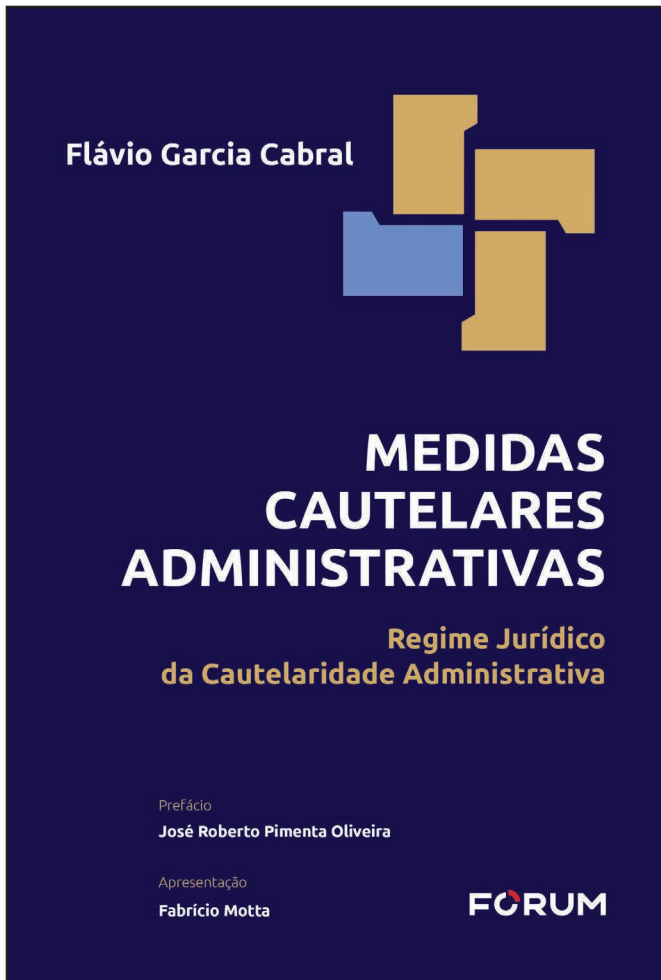
Direito Administrativo; Direito
Administrativo Sancionador; Direito
Constitucional; Processo Administrativo.

Público-alvo/consumidores da obra

Pesquisadores do Direito Administrativo em grau de pós-graduação e, também, alunos de graduação que buscam compreender o tema ainda pouco explorado. Além disso, é obra fundamental a todo agente público que precisa agir em situações de urgência e necessita conhecer qual o embasamento jurídico para tal mister.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10002979



Este livro é um estudo aprofundado sobre o regime jurídico das medidas cautelares administrativas no Brasil. Trata-se de assunto praticamente inexplorado pela doutrina brasileira, deixando uma enorme lacuna em um assunto tal corriqueiro e importante na dogmática jurídica. Como a Administração Pública pode-deve agir de maneira preventiva em situações de urgência? A pesquisa se propõe tanto a conhecer os princípios fundantes, as características, as nomenclaturas, a natureza jurídica e os pressupostos do uso de medidas cautelares de cunho administrativo, como também realizar a construção de um microsistema cautelar administrativo por meio de uma completa análise dogmática da legislação e jurisprudência brasileiras que tratam sobre os provimentos acautelatórios exercidos no bojo da função administrativa.

C117m	Cabral, Flávio Garcia
	Medidas cautelares administrativas: regime jurídico da cautelaridade administrativa / Flávio Garcia Cabral.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	350 p.; 14,5x21,5cm ISBN: 978-65-5518-165-4
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Processo Administrativo. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CABRAL, Flávio Garcia. *Medidas cautelares administrativas: regime jurídico da cautelaridade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 350 p. ISBN 978-65-5518-165-4.

Flávio Garcia Cabral

Pós-Doutorado pela PUCPR. Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-RJ. Mestre pela *Universitat de Girona*, Espanha. Coordenador e Professor da Pós-Graduação em Direito Público da Escola de Direito do Ministério Público em Mato Grosso do Sul (EDAMP). Professor da Unigran-Capital e Insted. Membro fundador do IDASAN. Ex-Advogado da União. Procurador da Fazenda Nacional.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

José Roberto Pimenta Oliveira	15
--	----

APRESENTAÇÃO

Fabício Motta	19
----------------------------	----

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	23
---------------------------------	----

CAPÍTULO 1

REGIME JURÍDICO DO PODER CAUTELAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
--	----

1.1	Nomenclaturas.....	33
1.2	Classificação dos provimentos cautelares	36
1.3	Definição	41
1.3.1	Distinção entre figuras afins	42
1.3.1.1	Sanções administrativas	42
1.3.1.2	Medidas de urgência judiciais.....	44
1.3.1.3	Atos <i>ope legis</i>	46
1.3.1.4	Limitações administrativas cautelares	47
1.3.1.5	Requisições administrativas	48
1.4	Natureza jurídica dos provimentos cautelares administrativos	49
1.4.1	Teoria das ordens ou teoria das ablações.....	50
1.4.2	Sacrifícios de direito.....	53
1.5	O princípio da legalidade e o poder cautelar	58
1.5.1	Regulamentação por atos administrativos	65
1.5.2	Situações urgentes e de necessidade	68
1.5.3	Competências legislativas	70
1.6	Fundamentos teóricos.....	70
1.6.1	A eficiência do processo administrativo	71
1.6.1.1	Considerações.....	75
1.6.2	Teoria dos poderes implícitos.....	75
1.6.2.1	Considerações.....	80
1.6.3	Supremacia do interesse público	82
1.6.3.1	Considerações.....	85
1.6.4	Princípio da boa administração pública e o aspecto da prevenção/precaução	87
1.6.4.1	Considerações	92
1.6.5	Conclusões parciais.....	93
1.7	Requisitos para a aplicação de medidas cautelares administrativas	93
1.7.1	Perigo da demora (<i>periculum in mora</i>) e fumaça do bom direito (<i>fumus boni iuris</i>).....	94
1.7.2	Motivação	98
1.7.3	Proporcionalidade.....	102
1.7.3.1	Reversibilidade da medida	109
1.7.4	Contraditório e ampla defesa	111
1.7.5	Respeito aos limites constitucionais	114
1.8	Características das medidas cautelares administrativas	115
1.8.1	Exercida na função administrativa	116
1.8.2	Instrumentalidade	121
1.8.3	Provisoriedade.....	121
1.8.4	Vinculação ao procedimento administrativo	123
1.8.5	Mutabilidade.....	124
1.8.6	Autoexecutoriedade	126
1.8.7	Declaração de vontade	127
1.8.7.1	Tombamento provisório.....	128
1.8.8	Cognição sumária.....	131
1.8.9	Excepcionalidade da medida.....	131
1.9	A discricionariedade e a vinculação das medidas cautelares administrativas	132
1.10	Legitimidade para o uso das medidas cautelares administrativas	137

1.11	Elementos dos atos cautelares administrativos	139
1.11.1	Sujeito / Competência	140
1.11.2	Forma	140
1.11.3	Objeto	140
1.11.4	Finalidade	141
1.11.5	Motivo	142

CAPÍTULO 2

PODER CAUTELAR ADMINISTRATIVO NO DIREITO BRASILEIRO		145
2.1	A existência de um microsistema cautelar administrativo brasileiro	146
2.2	O poder geral de cautela administrativa no Brasil (Lei nº 9.784/99)	149
2.3	Procedimento disciplinar federal (Lei nº 8.112/90)	153
2.3.1	Tipos de medidas provisionais	154
2.3.2	Interferência do Poder Judiciário	156
2.4	Procedimentos previstos no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU)	159
2.4.1	Tipos de medidas provisionais	160
2.4.2	Interferência do Poder Judiciário	168
2.5	Sistema de defesa da concorrência (Lei nº 12.529/11)	171
2.5.1	Tipos de medidas provisionais	171
2.5.2	Interferência do Poder Judiciário	173
2.6	Medidas <i>antidumping</i> (Lei nº 9.019/95)	174
2.6.1	Tipos de medidas provisionais	175
2.6.2	Interferência do Poder Judiciário	177
2.7	Infrações ambientais (Lei nº 9.605/98 e Decreto nº 6.514/08)	178
2.7.1	Tipos de medidas provisionais	178
2.7.2	Interferência do Poder Judiciário	182
2.8	Processo do BACEN e CVM (Lei nº 13.506/17)	184
2.8.1	Tipos de medidas provisionais	185
2.8.2	Interferência do Poder Judiciário	187
2.9	Processo da Agência Nacional do Petróleo (Lei nº 9.847/99)	188
2.9.1	Tipos de medidas provisionais	188
2.9.2	Interferência do Poder Judiciário	189
2.10	Processos das agências reguladoras – ANATEL (Lei nº 9.472/97), ANTT e ANTAQ (Lei nº 10.233/01), ANAC (Lei nº 11.182/05); ANTT e ANTAQ (Lei nº 10.233/01), ANM (Lei nº 13.575/17), Lei das Agências Reguladoras (Lei nº 10.871/04)	193
2.10.1	Tipos de medidas provisionais	193
2.10.2	Interferência do Poder Judiciário	195
2.11	Legislação pertinente aos regimes de liquidação extrajudicial e intervenção (Decreto-lei nº 73/66, Lei nº 5.627/70, Lei nº 6.024/74, Lei nº 9.447/97, Lei nº 9.656/98, Lei Complementar nº 109/2001, Lei nº 10.190/2001)	196
2.11.1	Tipos de medidas provisionais	197
2.11.2	Interferência do Poder Judiciário	205
2.12	Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)	207
2.12.1	Tipos de medidas provisionais	208
2.12.2	Interferência do Poder Judiciário	210
2.13	Legislação Sanitária (Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77, Lei nº 9.782/99)	211
2.13.1	Tipos de medidas provisionais	211
2.13.2	Interferência do Poder Judiciário	214
2.14	Averbação pré-executória (Lei nº 13.606/18)	215
2.14.1	Tipos de medidas provisionais	216
2.14.2	Interferência do Poder Judiciário	218
2.15	Outras previsões normativas	219
2.16	Medidas cautelares administrativas positivas	229
2.17	Consensualidade envolvendo medidas cautelares administrativas	230

CAPÍTULO 3

A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS		233
3.1	Responsabilidade do Estado	236
3.1.1	Evolução	238
3.1.2	Requisitos	240
3.2	Responsabilidade pela adoção das medidas cautelares	242
3.2.1	Medidas cautelares ilícitas	243
3.2.2	Medidas cautelares inicialmente ilícitas	245
3.2.3	Medidas cautelares lícitas	251
3.2.3.1	Risco criado	253
3.2.3.2	Conduta exclusiva da vítima	257
3.2.3.3	Conduta de terceiro	267

3.2.3.4	Implicações da natureza de sacrifício de direito.....	268
3.2.4	Dos “perigos aparentes”	274
3.2.5	Da amplitude das medidas cautelares lícitas como causa exonerativa da responsabilidade	276
3.2.6	Haveria medida cautelar lícita indenizável?.....	279
3.2.7	Responsabilidade por omissão no exercício do poder cautelar administrativo	280
3.2.8	O controle administrativo e o papel do Poder Judiciário.....	284

CAPÍTULO 4

MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS E A VIOLAÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS		291
4.1	Direitos fundamentais	293
4.1.1	Relevância dos direitos fundamentais	294
4.2	Danos aos direitos fundamentais em espécie na sistemática brasileira	296
4.2.1	Presunção de inocência	298
4.2.2	Honra	304
4.2.3	Propriedade.....	313
4.2.4	Devido processo legal.....	318
4.3	Os direitos fundamentais nas medidas cautelares administrativas.....	323
4.4	Palavras finais sobre a responsabilização estatal por medidas cautelares administrativas e a atuação do Poder Judiciário.....	324

CAPÍTULO 5

PROPOSTA LEGISLATIVA PARA A CRIAÇÃO DE UM REGIME GERAL DE MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS.....		327
5.1	Minuta da proposta legislativa.....	328

REFERÊNCIAS.....		331
------------------	--	-----